

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FORMAL DAS MULHERES IDOSAS DO GRUPO AURORA DA VIDA: CAMPINA GRANDE-PB.

Maria de Fátima Ferreira de Araújo

Doutoranda em educação na UFRN.

Prof^a. da Universidade Estadual da Paraíba.

Trabalho orientado pela Prof^a Maria Arisnete Câmara de Moraes

Pós-Doutora na Ecole des Hautes Etude em Sciences Sociales-Paris.

Prof^a. do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN.

O texto apresentado é um recorte da Tese de doutorado, intitulada História da Educação Formal das Mulheres Idosas do Grupo **Aurora da Vida**¹. Este texto teve como objetivo reconstruir a memória educacional das idosas através das lembranças e reminiscências. Essa memória é concernente ao momento em que essas mulheres ingressavam na escola, no período de 1940 a 1950, durante a infância e a adolescência.

Utilizamos como método de investigação a história oral e como fonte, o depoimento de treze mulheres com idade entre 65 e 80 anos. Esta faixa-etária, por mim utilizada, corresponde ao que foi estabelecido pela Organização Mundial de Saúde, de acordo com a lei n 8.842 de 1994, que se refere à política Nacional do Idoso, e pelo Estatuto do Idoso criado em 2003, que foi regulamentado pela lei 10.741 de 1 de outubro, os quais definem como pessoa idosa aquela que atingiu a idade de 60 anos (ou mais).

As mulheres idosas desta pesquisa estão aqui representadas por: **Perpétua, Florinda, Benta, Ambrósia, Celestina, Cordélia, Circe, Filomena, Desdêmona, Dorotéia, Ofélia, Martírius e Nausica**. São nomes fictícios que utilizo para preservação da individualidade de cada uma.

Para o embasamento teórico metodológico da pesquisa, recorri às formulações teóricas de Burke (1992), Halbwachs (1990) e Motta (1998) visando dialogar sobre memória. Como fonte de análise Burke (1992, p. 238) afirma: “a memória cumpre papel que ele denomina como história social da recordação”. Remete nesse caso às lembranças das pessoas idosas que ao recordarem procuram alento em outras épocas. Exercendo também a função social que é a de transmitir o que sabem para as novas gerações, além de testemunharem fatos e contribuírem na reconstrução do passado histórico de uma

¹ O Grupo **Aurora da Vida** foi criado em setembro do ano 2000 na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba e situa-se no bairro José Pinheiro, na Sociedade de Amigos do Bairro (SAB). Está ligado ao Programa Conviver de Idoso da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura e é parte integrante da política de atendimento ao idoso, conforme lei n° 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Este grupo é composto por mais de 50 mulheres com idade acima de 60 anos, pertence às camadas populares da cidade de Campina Grande e tem sua origem na zona rural.

determinada sociedade, grupo, acontecimento social ou político, onde se tem um passado caracterizado por outros valores, outras culturas e outros sentimentos. Assim o idoso pôde lembrar aquilo que parece estar esquecido e desvalorizado.

Motta (1998, p. 76) entende que:

Quando falamos de memória devemos levar em conta que ela constrói uma linha reta com o passado, se alimentando de lembranças vagas contraditórias, sem nenhuma crítica às fontes, que - em tese - embasariam esta mesma memória. [...] Neste sentido, a memória é também positiva e positivista, reafirmando, muitas vezes um passado de riquezas, que ao ser relembrado antecipa um futuro pleno de potencialidades.

Ao pensar assim é possível entender que a memória é um fenômeno socialmente construído. Mas é importante destacar que essa construção implica não somente no lembrar, mas também no esquecer. São as reminiscências da memória que são lembradas. Fatos marcantes voltam até o presente capaz de serem revisitados, embora vagos porém acompanhados de um potencial onde poderemos tentar reconstruir traços importantes de uma época ou de uma história silenciada. No caso do silêncio, em que as mulheres permaneceram durante muitos anos, ausentes no registro da história.

Ao tratar do estudo da memória, Halbwachs (1990, p. 34) apresenta a seguinte formulação teórica:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.

Para tentar reconstruir as lembranças da escola das mulheres do Grupo **Aurora da Vida** como parte da história da educação formal, fui em busca das lembranças e reminiscências dessas mulheres. Ao se referir às lembranças e reminiscência, Bosi (1994, p. 21) na sua pesquisa sobre memória de velhos, define lembranças como sendo: “Um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Burilar, lapidar, trabalhar o tempo e nele recriá-lo, constituindo-o como o nosso tempo.”

A forma e o efeito de lembrar trazem em algumas, idéias e inspirações que nos fazem compreender os fatos, as relações, os acontecimentos, os lugares, um passado

distante que se faz presente no momento em que essas lembranças e reminiscências são revisitados.

Os idosos, como um segmento etário da população, guardam muitas lembranças que contadas, recordadas e registradas tornam-se documentos, fontes orais para as gerações que não tiveram oportunidade de vivenciar determinado fato histórico, acontecimento social e cultural de uma época ou de um período da sociedade.

Diante dos depoimentos das idosas, constatamos que são poucas as lembranças que guardam da escola. O que recordam são momentos de sofrimentos ou de alegrias. Pelo fato da memória se encontrar um pouco distante, algumas reminiscências são apresentadas. Além do que, na maioria das idosas, durante a infância tiveram pouco tempo de escolaridade variando entre 06 meses a três anos de permanência e frequência na sala de aula.

Em vários depoimentos as idosas recordam o tempo em que estavam ingressando na escola. Um tempo de alegria, também sofrimento e muito trabalho. A alegria se concretizava quando se desfaziam das ocupações diárias. Aquelas já determinadas para as mulheres e as meninas que viviam no sítio, ou seja, as atividades de plantar, colher, apanhar água, tomar conta de animais e cuidar da casa.

Constituiu-se para elas um sofrimento quando tinham que se afastar da escola para cumprirem as ordens do pai e trabalharem no roçado para ajudar na sobrevivência da família.

A esse respeito Dona Martiriús lembra-se que:

Tinha uma moça que morava em Lagoa Nova, na Paraíba. E a gente morava no sítio e aí ela vinha ensinar particular. O meu pai era daquele bruto que queria que a gente aprendesse na primeira semana de escola. E a gente não podia aprender porque tomava conta de muito animal, cavalo, vaca; era muita coisa. E ainda trabahava na enxada. Aí dentro de uma semana eu não aprendi meu nome. Aí meu pai me tirou da escola. Me deu uma pisa. Me lembro que só passei uma semana estudando. Não estudei mais! Vim embora para Campina Grande. Fui trabalhar em casa de família e ninguém nunca me falou mais de voltar para a escola. O que aprendi foi um bocado de letras, que não sei juntar e nem sei fazer o meu nome. (MARTIRIÚS, 71 ANOS)

Nessa narrativa pude identificar a figura do pai como aquele que representa as relações do patriarcado. Não só nessa fala como nas demais, estão presentes o símbolo do masculino, representado também pelos irmãos.

Lembranças de subserviência e autoritarismo, obrigadas ao trabalho desde a infância, forçados pela condição de pobreza, tanto quanto pela autoridade do pai que se

apropriada do trabalho das meninas, quanto pela forma de ajudar na sobrevivência individual e dos demais membros da família.

Ao entrevistar Dona Florinda e Dona Perpétua, as duas também têm lembranças parecidas. Quando são retiradas da escola, impedidas de comparecerem às aulas dado o fato de o pai entender que o mais importante é cumprirem as tarefas já determinadas para as meninas. Atividades extensivas ao trabalho doméstico. Dona Florinda em seu depoimento diz:

Eu me lembro, minha filha, que quando chegava a hora de ir à escola, pela manhã, eu arrumava os meus livros, a minha carta de ABC e o meu caderno. Aí o meu pai dizia “Você hoje não vai à escola. Vai cortar feijão”. Aquilo me dava uma revolta tão grande, uma tristeza, eu era batendo o feijão e chorando de desgosto por não ter ido à escola.(FLORINDA, 71 ANOS)

Ao rememorar essas lembranças, Dona Florinda revela também a vontade que tinha de estudar. No entanto, o seu pai, usando da autoridade paterna, impedia que ela se dirigisse à escola. Seu direito era cerceado, não havia como descumprir. Apenas a mágoa e a tristeza eram dados evasão através do choro. Não havia comportamento de resistência dessas meninas. A opção era o silêncio.

Falando do silêncio das mulheres Perrot (2005, p.10) afirma que: “Aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se. Pois este silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão gestual ou escriturária”.

Entretanto, essa mesma dificuldade de comparecer à escola é dita por Dona Perpétua quando era criança e ia para a escola.

Eu me lembro que eu gostava muito de ir à escola. Eu ficava com raiva porque meu pai não deixava ir para a escola. Porque eu tinha que ir trabalhar no roçado.(PERPÉTUA, 77 ANOS)

Tive oportunidade de identificar também no texto de Louro (1990, p. 26) esse mesmo comportamento do pai em relação a educação das filhas. Na pesquisa lembranças de velhas colonas italianas: trabalho, família e educação. Relato de lembranças de mulheres de uma pequena comunidade agrícola do Rio Grande do Sul. Dona Adelina afirma:

Meu pai era severo. Eu não posso me queixar do meu pai. Ele era severo sim, mas não responder para ele era bom. Eu tinha uma irmã que respondia pro pai, quando ele era demais, né? Então ela respondia, mas ele não gostava dela. Eu não respondia, calava. Então assim ele gostava. Ele não gostava que ninguém

respondesse. Quando ele mandava, era para fazer o serviço e não responder. Eu nunca respondia para ele.

Dona Adelina lembra que seu pai era severo com as filhas e faz a seguinte afirmação:

Eu trabalhava mais na roça. Depois com nove anos, ia na aula de manhã, de tarde na roça. Era uma roça de escravo, bem dizer: Boa, produzia bastante, mas tinha que carregar tudo nas costas (era morro). Comecei ajudar meu pai desde pequena, mais na roça do que em casa. Depois chegava em casa, então tinha de ajudar minha mãe: tirando leite, varrendo o terreno...

Ao discutir sobre o trabalho da mulher nordestina, principalmente das mais pobres, Falci, (2001, p. 250), em seus estudos, identifica uma séria de atividades que são semelhantes às que as mulheres do Grupo **Aurora da Vida** desempenhavam durante a sua infância e que as impediam de continuar freqüentando a escola.

As mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento. Eram, pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras – estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiro, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenhas, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher.

Embora fosse em regiões diferentes, o trabalho das meninas era os mesmos em ambas as regiões. Prevalciam os mesmos costumes, as mesmas práticas domésticas. O comportamento masculino representado na figura do pai se assemelha. O silêncio é a única opção para aquelas que se dizem obedientes e queriam continuar com as boas relações com o pai.

Para explicar este comportamento cultural da sociedade, busquei nos conceitos sobre gênero, embasamento para fundamentar estas relações estabelecidas na sociedade.

As relações de gênero são construídas na sociedade a partir das diferenças estabelecidas entre homens e mulheres, ou seja, as diferenças sexuais. Como construção social, gênero se apresenta de forma diferente, de acordo também com práticas religiosas e sociais.

Numa mesma sociedade, dependendo das condições sociais, etnias e raças, as mulheres sofrem várias desigualdades. Impõe-se entre essas relações a relação de poder. Desde criança, as meninas são delegadas tarefas e papéis diferentes dos homens. São posturas e comportamentos diferenciados. A submissão para as meninas e, para os meninos, o papel de poder sobre elas.

Com essas concepções, as mulheres têm menos poder político, condições econômicas limitadas. Assim, o prestígio social também menor do que os dos homens, isso

em virtude da diferença sexual. Como ressalta Scott (1992, p. 86) quando fala sobre gênero diz que: “Gênero foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual.” Fica perceptível que a diferença sexual é o determinante para a distribuição e atribuição de papéis entre homens e mulheres.

Na relação de gênero, elas sofrem várias discriminações, dentre as quais ao problema sócio-educacional, evidenciado pelo grande número de mulheres pertencentes às camadas populares, não alfabetizadas.

Culturalmente são as relações pré-estabelecidas na sociedade. Relações de desigualdade de gênero. Prevalece o poder masculino. O poder hierárquico na família. As noções de masculino e feminino são construídas considerando as diferenças biológicas entre os sexos durante todo o desenvolvimento da história em sociedades e culturas diferentes. Rabay e Carvalho (2001, p. 13), ao realizarem estudos sobre relações de gênero, têm o seguinte posicionamento sobre o assunto:

Na família – A mulher é educada desde a infância para servir e ser dependente (se não materialmente e praticamente, quase sempre simbolicamente) do homem, seja ele pai, irmão, marido ou, na ausência de um destes, qualquer outro. A menina não pode brincar livremente e cedo assume tarefas domésticas; seus brinquedos parecem mais um treinamento para o futuro: bonecas, panelinhas e vassouras. Ao homem é negada a expressão da afetividade e das emoções, e sua masculinidade é questionada se cumpre com competência os afazeres domésticos.

Ao retratar as relações de gênero em relação às mulheres idosas do Grupo **Aurora da Vida**, é possível afirmar que desde cedo, quando meninas, já eram treinadas para os afazeres domésticos em detrimento da educação.

Fica nítido nas diversas narrativas o poder masculino. Poder estabelecido nas relações de gênero em que, homens e mulheres têm atribuições e poderes diferentes. Desde cedo meninos e meninas são educados e criados diferentes. Sobre isto Carvalho (2000, p. 17) em seus estudos sobre a temática das relações de gênero na educação, assim se expressa:

O problema é que as relações de gênero são relações de poder: as diferenças construídas entre homens e mulheres transformam-se em hierarquias, justificadas pela maior valorização das qualidades masculinas, aquelas atribuídas exclusivamente aos homens. Assim as diferenças entre os sexos e os gêneros historicamente tem favorecido aos homens em detrimento das mulheres. Considere-se, por exemplo, o acesso tardio e insuficiente das mulheres a todos os direitos humanos: à propriedade; à educação escolar; ao mercado de trabalho, às ocupações remuneradas e à equiparação salarial, à cidadania, ao direito ao voto e a serviços especializados de saúde.

De acordo com o depoimento das mulheres idosas a escola não era prioridade. A prioridade se dava em função de atividades já determinadas para as meninas que, ainda em sua fase de desenvolvimento, participavam da rede de relações de ajuda aos pais, que as submetiam às suas ordens e impediam-nas de buscar a educação escolar para dedicar-se aos afazeres domésticos e ao roçado.

De um modo geral, elas eram encarregadas também das tarefas da agricultura. As atividades rurais requeriam trabalho de colher, plantar, carregar água a uma certa distância, considerando que nessa época estavam indo à escola. A modernização não chegava aos pequenos agricultores. Não tinham acesso. Tudo era realizado com a força manual das mulheres e das crianças, principalmente, que além de cuidar dos filhos, ainda tinham que se dedicar às tarefas específicas para mulheres.

Ao analisar as falas das entrevistadas, constatamos por unanimidade que reclamavam da falta de acesso e de permanência na escola, em virtude da dedicação ao trabalho no roçado, além do trabalho doméstico. A constatação que se tem é que essas mulheres não tiveram condições de estudar. E que não foi uma simples opção que as fizeram sair da escola, e sim a situação cultural e econômica que as impediram de não ter a escolaridade capaz de garantir qualificação profissional; o direito de ingressarem no mercado de trabalho e de terem melhor condições na velhice.

Para ilustrar, apresentamos o depoimento de Dona Filomena relatando a dificuldade que teve para estudar.

Naquele tempo o pobre não podia ir para o colégio. Só quem estudava naquela época era quem tinha dinheiro. Minha mãe era viúva, a gente já morava na casa de um cunhado meu. Entrei na escola em 1947 com 16 anos. Mas tive que sair para ir trabalhar e aí com 18 anos me casei, então não pude mais estudar. (FILOMENA, 76 ANOS)

Situação semelhante à de Dona Filomena é a de Dona Ofélia que, por falta de condições, segundo a sua afirmativa, entrou na escola mas não continuou freqüentando porque era pobre e tinha que trabalhar para sobreviver. Vejamos o que diz Dona Ofélia:

Eu não tinha condições de estudar. Passava seis meses na escola e saía. Minha mãe não podia comprar caderno e nem lápis. Eu tinha que me envolver com o trabalho. Lavava, passava, costurava e ajudava em casa. Aí eu não tinha tempo para estudar, tinha que trabalhar para sobreviver. (OFÉLIA, 70 ANOS)

É nesse sentido que ao analisar as falas e depoimentos orais das idosas pesquisadas neste trabalho, durante a década de 1940 a 1950, época em que essas mulheres

ingressavam na escola. Os dados apresentados pelas trezes mulheres são similares. O que as impediram de continuar os estudos e tentar retornar a sala de aula várias vezes, foram as condições desfavoráveis de suas famílias, além de terem de se submeter ao que chamam de trabalho, as atividades extensivas aos afazeres domésticos. Atividades que não são contabilizadas no mundo formal do trabalho.

Além do que, na maioria das idosas, durante a infância tiveram pouco tempo de escolaridade variando entre seis meses a três anos de permanência e frequência na sala de aula. Em decorrência das condições de pobreza em que viviam essas mulheres. Durante a infância, as quais eram obrigadas a trabalharem no roçado, nas atividades domésticas, no cuidado com os irmãos. Pertencendo assim a uma rede de sustentação e provimento da família. Ficando assim impossibilitadas de continuarem estudando acarretando na velhice prejuízos na qualidade de vida. Mulheres sem escolaridade e sem profissão consequentemente não tiveram acesso ao mercado de trabalho por essa razão muitas estão voltando à escola na esperança de realizar um sonho que não foi concretizado na infância.

Entendo que essas treze mulheres representam milhares de nordestinas que, iguais a essas, chegaram à velhice sem ter tido oportunidade de estudar. Em virtude do seu nível de pobreza e, sobretudo, em decorrência do problema socio-cultural, foram predestinadas ao casamento, à pro-criação. Assumiam sozinhas a função de doméstica e de criadoras da família, realizando tarefas e funções estritamente femininas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**: De senectute e outros escritos autobiográficos. 7. ed. Tradução Daniela Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO. Decreto-lei n. 4.244 – de 9 de abril de 1942. Rio de Janeiro, 1942. Disponível: <<http://www.soleis.adv.br>> Acesso em: 20.12.2005.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa (Org.). **Consciência de gênero na escola**. João Pessoa: Editora da Universitária/UFPB, 2000.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GÓMEZ, A. L. Pérez. As funções sociais da escola: Da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. L. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Tradução Ernani F. Da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LOURO, Guacira. Lembranças de velhas colônias italianas: trabalho, família e educação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 33- 43, Jul.dez.1990.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Leitura de Mulheres no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____ (Org.). **A mulher em nove versões**. Natal: EDUFRN, 2001.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. Histórias e Memórias. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **Historia: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões de História, 1998.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2005.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Trabalho de quem?** Textos e técnicas de discussão sobre segregação e discriminação sexual no mercado de trabalho. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

SACRISTÁN, j. Gimeno; GÓMEZ, A. L. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Tradução Ernani F. Da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SCOTT, Joan. História das mulheres In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.